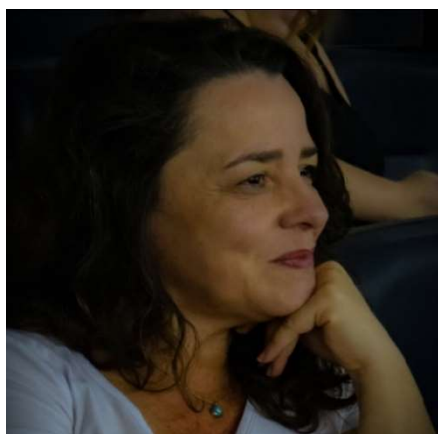


Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)
Programa de Pós-Graduação em História (PPGHis)
Revista Discente Outras Fronteiras
Dossiê: Gênero, Interseccionalidade e Subjetividade
Entrevistadoras: Valeska Bassi de Souza¹ e Andreia Márcia Zattoni²

A luta pela Liberdade na profissão das historiadoras e no ensino de História: Entrevista com Dra. Ana Maria Marques



Professora Dra. Ana Maria Marques
(acervo pessoal da autora)

Ana Maria Marques é professora e pesquisadora do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso, desde 2008. Nasceu em Florianópolis, Santa Catarina, onde fez sua formação em nível de Graduação (1989), Mestrado (1995) e Doutorado (2007) em História, na Universidade Federal de Santa Catarina. Realizou estágio pós-doutoral na Universidade Federal Fluminense (RJ), em 2015. Como docente, atua na graduação e

na pós-graduação, no Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em História (Mestrado e Doutorado) e, também, no Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória. Como professora da UFMT, Ana Maria Marques tem contribuído, há mais de dez anos, para a formação de professores de História no Estado de Mato Grosso, sendo, também, o ensino de História um de seus temas de interesse com pesquisadora. Gênero e feminismos, racismo, envelhecimento, imagens, educação patrimonial, história de Mato Grosso e encarceramento feminino são outros temas sobre os quais a professora tem trabalhado. Ela coordena, também, o grupo de pesquisa *História e Estudos de Gênero*. Atualmente, a professora Ana Maria desenvolve o projeto de pesquisa “Políticas de letramento e oportunidades para mulheres privadas de liberdade”

¹ Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso.

² Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História pela Universidade Federal de Mato Grosso.

[ROF] Agradecemos, inicialmente, a concessão desta entrevista. Gostaríamos, primeiramente, que nos apresentasse seu percurso acadêmico e a sua migração de Santa Catarina à UFMT, Cuiabá.

Fiz minha formação acadêmica toda na UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina (graduação, mestrado e doutorado em História). Terminei meu doutorado em 2007 e em 2008 prestei o concurso para a UFMT. Depois que terminei o doutorado eu ainda trabalhava em uma universidade privada em Santa Catarina, a UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí), onde trabalhei por dez anos, e durante aquele ano que terminei o doutorado fui repensando um pouco a minha trajetória acadêmica e o que eu queria para o futuro. E eu queria o que a maioria das pessoas na carreira docente quer: estabilidade – o que quem trabalha na iniciativa privada pouco tem. Era difícil eu fazer planos a médio prazo porque a cada semestre mudava a quantidade de aulas que eu tinha e, conseqüentemente, a minha renda. Então, me propus a fazer o primeiro concurso para o qual aparecesse edital na minha área (ensino de história), fosse onde fosse. Eu estava disposta a ir para mais longe, porque achava mais difícil concorrer no sul e no sudeste. Abriu esse edital aqui em Mato Grosso e eu vim prestar o concurso. Era o primeiro grande concurso que eu fazia para docente. Eram oito pessoas inscritas e eu fui a única aprovada na área de Ensino de História. E era o primeiro concurso que o Departamento de História da UFMT fazia para essa área específica. A partir daí foi a guinada na minha vida. Eu sabia muito pouco sobre Mato Grosso, quase nada, na verdade. Lembro que uma pessoa da banca me perguntou qual era o meu projeto de vida para Mato Grosso, e eu fiquei muito desconcertada, pensei: agora vai ser a hora que vou reprovar, porque eu falei “Eu não tenho projeto de vida para Mato Grosso, eu tenho vontade de trabalhar”. Mas acho que gostaram da minha sinceridade e disposição também, além de meus resultados no concurso, obviamente. Depois de três meses do concurso, tomei posse no dia 1º de agosto de 2008 e é onde estou até os dias atuais.

Antes de ser professora universitária eu fui durante nove anos professora da educação básica. Comecei como professora alfabetizadora, inicialmente com crianças, depois adultos, que era uma grande paixão na minha vida. Quando comecei a fazer a graduação em história em 1986 na metade do curso já estava a trabalhar com séries mais avançadas do que hoje chamamos Ensino Fundamental. Depois do mestrado, tive algumas experiências também com o Ensino Médio (entre 1996 e 1997).

A minha escolha por ensino veio mais aliada à minha prática. Trabalhei dez anos na UNIVALI em um curso de Pedagogia, eventualmente no curso de história também, mas sempre trabalhando com formação de professores, então, eu me sentia mais ligada e atuante nessa área.

Iniciei o doutorado em 2002 e fiz todo ele em cinco anos, trabalhando na UNIVALI e sem bolsa por causa do meu vínculo empregatício. Então eu me dividia e foi um momento bem difícil da minha vida porque também, no final do doutorado, perdi minha mãe. Minha pesquisa foi sobre discursos sobre envelhecimento nas três últimas décadas do século XX e foi nesse momento que tive contato com a epistemologia feminista e os estudos de gênero. Juntei-me ao LEGH – Laboratório de Estudos de Gênero e História e à essa linha de pesquisa que trabalhava com questões de gênero, com a minha orientadora Cristina Sheibe Wolf e a professora Joana Maria Pedro.

Quando cheguei na UFMT, então, busquei aliar minhas pesquisas de ensino, com as problemáticas de gênero, era algo que não existia ainda dentro do departamento. Quando cheguei não tinha muitos interlocutores, fui buscar algumas parcerias interdisciplinares, com pessoas que estudavam gênero em outras áreas, na antropologia, na sociologia, na saúde pública. A gente criou um grupo de pesquisa interdisciplinar onde permaneci até voltar do meu pós-doc. em 2016. Inicialmente não tinha muito chão no campo da história, não tinha parceria de outros professores ou professoras dentro do departamento que se interessassem. Havia uma professora que trabalhava com história das mulheres, mas logo ela se aposentou. A gente publicou esse ano um capítulo de livro juntas contando um pouco a trajetória de 20 anos de pesquisas acadêmicas sobre história de mulheres e gênero em Mato Grosso³.

[ROF] Percebemos que suas pesquisas atuais têm se diversificado em relação aos seus estudos iniciais. Podemos dizer, por essa observação, que seus objetos de pesquisa vão emergindo junto à sua trajetória de vida e militância política. Você acha importante enquanto intelectual o engajamento na produção de conhecimento e no ativismo político das/os historiadoras/es?

A gente pesquisa para dar respostas para si, em primeiro lugar, para as coisas da nossa vida. Minha pesquisa de mestrado, por exemplo, era sobre a construção de uma cultura religiosa numa cidade de colonização italiana em Santa Catarina, Nova Trento. Por que eu pesquisei isso? Porque eu morava nessa cidade e era meio uma *outsider* lá, alguém de fora, estranha naquele ambiente. Eu queria entender melhor a construção daquela cultura, muito baseada em uma moral religiosa. Então fui pesquisar isso também, e se tornou o objeto de investigação no meu mestrado. Depois no doutorado, por que eu pesquisei sobre envelhecimento? Na

³ PERARO, Maria Adenir; MARQUES, Ana Maria Marques. Por uma história das e com mulheres em Mato Grosso. In: SOARES, Ana Carolina E. C.; ZARBATO, Jaqueline (orgs.) *História das Mulheres e das Relações de Gênero no Centro-oeste*. Campo Grande: Life Editora, 2020.

universidade onde trabalhava eu fazia alguns trabalhos voluntários junto com outra professora que era ligada a grupos de terceira idade, então, me interessei por essa questão do envelhecimento e gênero, para entender as diferenças. Depois quando eu vim para Cuiabá, trabalhando com ensino, sempre procurei fazer investigações ligadas à questão do ensino, livros didáticos, questão das imagens – porque é minha área específica de atuação. Atualmente, trabalho com encarceramento de mulheres, mas ainda na perspectiva de investigar as políticas educacionais. A gente vai migrando conforme as práticas, vai se desafiando, sendo provocada na vida. Vou construindo uma teoria na prática como diz a Sara⁴. A minha militância é basicamente acadêmica, embora exista toda uma questão do que é uma militância política, mas eu entendo o meu trabalho acadêmico como uma militância política, eu não separo as coisas. Esse é o meu lugar de trabalho e se isso que eu faço não for militância eu não sei o que é militância.

[ROF] A historiadora Joan Scott, em seu clássico artigo “Gênero: uma categoria de análise histórica” (1986), partindo da crítica ao conceito fixo de Gênero, de maneira otimista, acredita na emergência de uma nova história que “tornará as mulheres visíveis como participantes ativas”. Passados mais de 30 anos da publicação desse artigo, você acredita que nós mulheres já alcançamos essa visibilidade como participantes ativas da história?

Participantes ativas da história eu acredito que nós sempre fomos, o que não alcançamos é a visibilidade disso. Aliás, acho que estamos muito longe ainda de alcançar. Se a gente está aí falando em gênero e invisibilidade das mulheres na história é porque não alcançamos. Nós talvez tenhamos conseguido abrir uns espaços, mas considerando o todo, do que representa a historiografia, sinceramente, ainda é muito pouco. Mas isso também diz de uma norma social, estrutural, a gente vive em uma sociedade heteronormativa, machista, então é preciso derrubar o patriarcado ainda, para conseguirmos, realmente, essa visibilidade. As coisas também caminham juntas, não vai ser a história a salvar a sociedade. Enquanto vamos fazendo as coisas vamos quebrando os muros e vamos nos tornando visíveis também.

[ROF] Joan Scott, quando fala, nesse mesmo artigo, que a igualdade política e social deve incluir “não somente o sexo, mas também a classe e a raça.”, já apontava para a questão da interseccionalidade, embora o conceito tenha sido criado por Kimberlé Crenshaw, um pouco depois, também na década de 1980. No Brasil, Karla Akotirene define o termo como “uma ferramenta teórica e metodológica usada para pensar a inseparabilidade estrutural

⁴ AHMED, Sara. *Viver uma vida feminista*. Barcelona: Edicions Ballaterra, 2018.

do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado”. Qual a importância da interseccionalidade para a análise teórica e para a militância dos diversos feminismos hoje existentes?

A Joan Scott já falava disso há tantos anos, mas, por que agora essa questão da interseccionalidade tem se mostrado tão importante? A gente viveu durante muito tempo sob a referência de um feminismo liberal, aquele feminismo das mulheres brancas, então não conseguíamos ver isso porque estávamos falando para nós, entre nós, mulheres brancas. Não conseguíamos ver a importância dessa questão da interseccionalidade, da questão de falar sobre o racismo, de incluir outras tantas mulheres. Dizem que esse conceito foi cunhado pela Kimberlé Chenshaw, mas a gente já tinha práticas entre mulheres indígenas, mulheres negras no Brasil que iam nessa direção. Acho que agora estamos mais preocupadas de ouvir isso. Essa questão da interseccionalidade tem se tornado importante e fundamental para os estudos de gênero. Não conseguimos mais pensar em escrever ou pesquisar sem fazer essas inferências de diferenciais, porque não se trata de pensar a mulher como um universal, mas de pensar que essa mulher, dependendo da sua classe social, da sua raça, ela vai ter questões diferentes, são outras sensibilidades. Essa questão de a gente pensar o racismo como algo estrutural e estar atenta a isso é o que vai fazer com que a gente saia do nosso lugar de conforto, que esse feminismo liberal nos deixou, e que hoje é um lugar do qual a gente tem que se envergonhar, porque foi um lugar também que se criou uma outra invisibilidade dentro daquilo que a gente estava chamando de invisibilidade. Invisibilidade dentro da invisibilidade, feita pelas próprias mulheres que não reconheciam essas outras dentro do campo da luta.

Os feminismos, essas práticas feministas já existiam, talvez hoje a gente tem aberto espaço para discutir e pensar com diferentes perspectivas a teoria feminista, não existe uma teoria única. Existem formas diferentes de pensar o feminismo e que são válidas também. Ainda essa semana entrei em um debate sobre isso, sobre “não podemos dividir, temos que unir”, mas as pessoas são diferentes, elas pensam de maneira diferente. A única unidade que deve haver no movimento feminista, no meu entendimento, é o combate ao patriarcado. Fora isso, o que os homens fizeram não deve servir de referência para nós. Ou seja, “ah, mas os homens criaram um sujeito universal, por que nós não vamos criar?”. Foi péssimo esse sujeito universal que eles criaram, então nós não vamos copiar isso. Não serve. Porque estamos usando as teorias masculinas, heteronormativa, como referência? Nós não queremos isso, é plural mesmo.

[ROF] A História das Mulheres e as questões relacionadas a gênero estão presentes de maneira adequada nos Currículos de formação de professores/as e nos livros didáticos? Como você pensa a relação entre gênero e ensino de história?

De maneira adequada de jeito nenhum, estamos muito longe dessa adequação, basta pegar qualquer livro didático. Pode ser até que tenham alguns que são melhores, mas pode pegar qualquer um para ver que dá para contar as poucas páginas que são dedicadas a citar nomes de mulheres, ou dar uma dignidade a essas mulheres. Muitas das vezes elas não são nomeadas, é a “esposa de” é a “filha de”. Ainda se repete aquilo que está posto na sociedade, que a mulher é sempre ligada a um homem, como se ela fosse um apêndice dele. As autorias também são escondidas, muitas das vezes não se citam mulheres e as pesquisas feitas por elas. No livro didático quando se inclui mulheres, os textos vêm como complementares. Então os professores ou professoras, por sua vez, se não tiveram nenhuma formação ou interesse pelas questões de gênero, por achar que ‘isso é besteira, não é relevante, mulher já chegou até à presidência da república e estão aí discutindo que mulher não tem espaço”, acabam permanecendo com esses pensamentos e falas do senso comum. Acham que já cederam demais. Os livros didáticos estão muito distantes de estarem adequados. Mas ainda que estivessem, existiria todo um trabalho a ser feito com professores. Mesmo porque o livro didático pode não ter nada sobre história das mulheres, mas os professores interessados nisso podem desenvolver conteúdos abordando e até questionando o porquê de as mulheres não estarem lá se elas sempre estiveram na história. Também vai do engajamento político de cada um. Tanto os livros quanto os professores ainda têm um caminho grande a percorrer para que realmente essas questões sejam abordadas nas escolas, para que comece a fomentar os interesses de pesquisa. Quando você não estuda isso, acha que não tem de ensinar, não é importante. Então, vai se reproduzindo todo um sistema de opressão e de silenciamento.

[ROF] Os debates sobre gênero e feminismo têm ganhado vulto no mundo acadêmico das universidades desde 1970, como indica a historiografia. Na sua experiência, você acha que essas discussões chegam à sociedade como um todo? Como, por exemplo, a discussão sobre ideologia de gênero. Como você analisa a chamada “ideologia de gênero”?

Eu penso que não chega à sociedade como um todo, apesar de eu não acreditar que a universidade, o meio acadêmico tenha alguma prerrogativa em determinados debates. O mundo acadêmico tem reconhecido que alguns debates já estavam colocados na sociedade há mais tempo. Hoje em dia eu vejo que mulheres da periferia, por exemplo, estão muito mais descoladas, e se resolvendo, e tocando a vida, do que muitas mulheres na academia. Não

podemos ter essa presunção de achar que é a academia que vai levar alguma luz à sociedade. Pelo contrário, às vezes eu penso que a academia precisa enxergar muitas coisas que não enxerga, que não quer ver.

Agora, a questão da ideologia de gênero é uma invenção do fascismo, dessa corrente conservadora que a gente vem enfrentando e viu crescer nos últimos anos. O pouquinho que conseguimos avançar já foi ameaçador para os conservadores, para essa estrutura heteronormativa. Então tinha-se de inventar alguma coisa na tentativa de nos enfraquecer. Porque essa questão da ideologia de gênero é imbuída de um sentido dogmático, de que estamos fazendo a cabeça dos alunos. Até parece que a gente consegue fazer a cabeça de aluno! O lado que nós nos colocamos é o lado dos estudos de gênero e da teoria feminista, e do nosso lado nunca se falou em ideologia de gênero. Foram os conservadores que usaram esse termo para nos atacar. Que isso fique claro, que nós não trabalhamos com essa categoria “ideologia de gênero”, isso é uma invenção de quem quis nos derrubar e enfraquecer. A teoria feminista é baseada em uma ideia de igualdade, nós não estamos aqui dizendo que as mulheres são melhores que os homens, nós queremos dizer que nós também temos um espaço nessa sociedade, e que por ser metade da população no mundo, nós deveríamos ter a metade desse espaço de visibilidade, minimamente. E não temos, estamos longe de ter essa “parte que nos cabe desse latifúndio”.

[ROF] Percebemos interesses diversificados na sua produção, mas as questões de gênero estão sempre presentes e perpassam sua trajetória, por exemplo, em suas pesquisas sobre encarceramento. Nos fale sobre seu interesse e sua experiência nessa área.

Então, estou sempre inventando coisas. Como professora de estágio eu queria proporcionar diferentes experiências para os meus alunos, queria que tivessem diferentes experiências de docência no campo da História, não só no ensino regular. Nós já tínhamos feito experiência em EJA e na rede privada, mas eu pensei: por que não no sistema prisional? Afinal de contas têm escolas nas unidades prisionais e professores de história atuando lá, então, vamos conhecer essa realidade também. E aí ao me interessar em levar os alunos eu é que acabei me envolvendo mais, estou sempre me envolvendo politicamente com tudo que faço. Essa experiência de levar os alunos, acho que nem foi tão bem sucedida assim, porque inicialmente ficaram bastante curiosos, queriam conhecer, mas ao adentrar uma unidade prisional veio o choque de realidade, por isso grande parte desistiu, se sentiram afetados emocionalmente. A minha primeira experiência foi na unidade prisional feminina Ana Maria do Couto May, que

fica de frente ao PCE – Presídio Central do Estado, que é a maior penitenciária masculina do Estado e eu poderia ter desenvolvido esse trabalho lá também. Mas, por toda a minha militância feminista, preferi ficar só na penitenciária feminina. Eu estava convicta que era lá que elas precisavam mais, era lá que as pessoas estavam mais esquecidas. O que é mais difícil sempre me atrai um pouco mais. Então eu fui me aproximando das pessoas que trabalhavam lá dentro, da coordenadora pedagógica, e lá me convidaram a fazer parte de uma comissão para colocar em prática um projeto que estava no papel já há um tempo sem executar, que era o projeto de remição pela leitura. Eu falei “eu ajudo, vamos lá, isso é importante, vamos fazer. “O que precisa, o que eu faço?”, porque eu pensei que já estava tudo organizado e que era só eu entrar para ajudar. “Não tem nada”. Eu pensei “nada não, tem as pessoas para trabalhar e tem os livros, que é o fundamental para trabalhar”. “Não, não tem os livros”. Então começamos a fazer campanha de doação de livros. A princípio eu pensei “se o projeto é para vinte pessoas, então cinquenta livros já dá para começar”, porque se é para começar vamos começar amanhã. De cara arrecadamos cem livros, e aí montamos um carrinho móvel, as minhas orientandas sempre me ajudaram, fizemos a catalogação dos livros e o trabalho começou. Eu comecei no primeiro semestre de 2017 levando os alunos, no segundo semestre levei outro grupo. Dos que foram, um aluno ficou um semestre, no segundo ficou mais um, e por fim morreu por aí o trabalho de estágio com os alunos no presídio. Eu voltei a levar uma graduanda de História comigo em 2018, mas como estudante de iniciação científica, foi bolsista de projeto de pesquisa já. Resolvi transformar parte daquele trabalho que eu fazia em pesquisa, cujo objetivo era investigar as políticas de letramento no Estado de Mato Grosso. Esse projeto teve conclusão no mês de julho desse ano e em agosto iniciei outro como desdobramento desse. Agora vou investigar práticas educativas e formativas institucionais (de dentro do sistema prisional) e de fora (ONGs, por exemplo) que trabalham com políticas de desencarceramento e de diminuição da reincidência prisional.

[ROF] Professora, quem é a mulher encarcerada hoje no Brasil e como você vê o processo de ressocialização para essas mulheres?

Quantitativamente, no cômputo geral da população carcerária brasileira, as mulheres encarceradas representam 5% do total da população carcerária, existe muito mais homens presos no sistema carcerário do que mulheres. Mas esse 5% é muito significativo no âmbito mundial, porque o Brasil é o terceiro país que mais encarcera mulheres no mundo, só perde para os Estados Unidos e para a Tailândia. Quem são essas mulheres encarceradas? É

importante dizer, já de cara, que a lei de drogas de 2006⁵ criou um agravamento das penas em relação a tudo que diz respeito às drogas ilícitas. As pessoas passaram a ser presas por porte, por guardar, por transportar, enfim, uma série de itens que estão elencados nos artigos da Lei. E isso, de 2006 para cá, foi provocando um inchaço nas prisões e, proporcionalmente, nas prisões femininas também. Um aumento de mais de 300% da população carcerária. É preciso dizer, então, que cerca de 60% da população que está presa hoje é por envolvimento com tráfico e drogas, crimes considerados não violentos. Isso provoca uma mudança na questão racial, porque por conta desse inchaço, dessa quantidade enorme de mulheres envolvidas com questões de drogas, nós temos hoje mais mulheres brancas encarceradas do que tínhamos antes da lei, mas, ainda assim, a maioria das mulheres presas são negras, assim como a grande maioria de homens. A maioria da população carcerária presa é negra. Isso vem a corroborar aquilo que Angela Davis fala no livro *Estarão as prisões obsoletas*⁶: que o encarceramento é um projeto de continuidade do sistema da escravidão, porque o encarceramento é baseado no sistema de punição, assim como era a escravidão. A punição é a prisão atualmente, não mais o tronco ou o chicote, é o cárcere. E aí as pessoas pretas e pardas são sempre mais vulneráveis a serem aprisionadas na sociedade, porque elas são sempre consideradas de antemão suspeitas. É esse quadro que temos nas unidades prisionais de um modo geral, uma população de maioria negra.

A ressocialização é um ponto que eu tenho refletido bastante e tenho ficado um pouco desconfortável em repetir essa palavra, porque a ressocialização parte de um princípio de que essas pessoas não fazem parte da sociedade, mas elas estão na sociedade, essa é uma maneira de elas estarem na sociedade, mesmo presas. Elas não têm de voltar para a sociedade, elas já estão na sociedade, e é assim que a sociedade as trata, as aprisionando. Elas têm, por exemplo, o direito de defesa, mas a maioria das pessoas que estão presas não tiveram nem um julgamento sequer. É essa a sociedade que elas vivem e não vai ser muito melhor quando elas saírem. A sociedade já não tem dado oportunidades para mulheres pretas e pobres, e dá menos ainda quando elas saem de prisões. Não existe “ressocializar”, é a sociedade dentro e fora. A prisão não é, como muitas pessoas acham, um mundo à parte, como se fosse um purgatório, fazendo uma referência religiosa, onde: se errar, passa um tempo penando, depois volta. Não é. Essa é a forma que a sociedade adotou. Essa sociedade, que se diz civilizada, faz isso. Porque em outras sociedades ditas não civilizadas se adotam outras práticas. Alguém uma vez me contou

⁵ BRASIL, Presidência da República. *Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm> Acesso em: 18/08/2020

⁶ DAVIS, Angela Y. *Estarão as prisões obsoletas?* Tradução de Marina Vargas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2018.

de uma prática indígena, que eu não sei dizer de que grupo é, que quando alguém faz uma coisa muito errada, todo mundo daquele grupo se põe a recitar àquela pessoa as coisas boas que ela já fez na vida, para ela lembrar que fez coisas boas, e que não é porque ela fez uma coisa errada que deve pagar pelo resto da vida. Porque essa sociedade civilizada que a gente vive é baseada nessa ideia, um erro que você faz na vida vai te acompanhar o resto da sua vida, vai te tirar oportunidades de ser uma pessoa melhor, inclusive.

[ROF] Como você vê a questão do racismo e da existência de uma necropolítica frente à construção de uma sociedade mais democrática no Brasil hoje?

A necropolítica está diretamente ligada à questão do racismo, porque é a população negra que está morrendo muito mais, pagando penas maiores. Essa semana nós tivemos uma situação de uma juíza, em Curitiba, que justificou e aumentou a pena de uma pessoa “em razão de sua raça”, porque a pessoa era negra. E ela pediu uma desculpa deslavada e descarada, “desculpa, eu não quis dizer isso, eu sinto muito se causei algum pesar na interpretação de algumas pessoas”. Ela está dizendo “não vou mudar, vocês que interpretaram assim, não foi isso que eu quis dizer”. Esse racismo da omissão tem matado muita gente também. Aparece como “Eu não sou racista” ou mesmo jogando a culpa no outro “você está sendo racista achando que eu sou racista”. O racismo é como o Kabengele Mulanga⁷ fala, o crime perfeito, que consegue ainda fazer com que a vítima se sinta culpada.

[ROF] Referindo-se à realidade carcerária dos Estados Unidos da América, Ângela Davis aponta que houve um crescimento do “complexo industrial-prisional”, denunciando a lucratividade envolvida nos recursos usados para manter as pessoas presas e o quanto o encarceramento em massa tornou-se uma fonte de lucros obscena, assim como acontecia com a escravidão. Você acha que no Brasil vivemos essa mesma realidade? Ou caminhamos para?

A mesma realidade não, porque existem muito mais prisões privadas nos Estados Unidos do que no Brasil. No Brasil a maior parte do sistema prisional é público, são poucas as exceções. É esse complexo industrial prisional, do qual Angela Davis fala que o atual governo está de olho para implantar no Brasil. Essas ideias de que o preso custa X para o estado, e se esse X valor fosse destinado a uma empresa privada que administrasse e fizesse com que os presos

⁷ Antropólogo brasileiro-congolês. Nascido no Congo em 1942 e radicado no Brasil desde 1977. Publicou inúmeros artigos e escreveu ou organizou diversos livros, dentre os quais: Negritude: usos e sentidos (1986); A revolta dos colonizados (1995); Rediscutindo a mestiçagem no Brasil (2004) e Superando o racismo na escola (2006).

produzissem, essas ideias todas alimentam essa noção de privatização. Mas a gente sabe que na prática não é bem assim. Ninguém está interessado, de fato, no que o preso vai produzir lá dentro. O grande capital que está interessado em fomentar uma indústria da pena, como tem acontecido nos Estados Unidos. Porque é uma indústria que produz mão de obra barata. A pessoa está lá presa, ela não tem para onde sair, foi condenada à prisão e é obrigada a trabalhar por valores irrisórios, impraticáveis fora dali. Quando o capital diz que renumera, ele não chama isso de trabalho escravo, não importa o valor que se está pagando e os valores praticados estão sempre muito abaixo do mercado. Não é do produto que se está falando, é das pessoas, e é isso que as pessoas precisam saber, porque não estamos falando de tornar as pessoas produtivas, estamos falando de tornar as pessoas escravizadas. É disso, também, que trata o complexo industrial prisional. E quem são essas pessoas? Em geral, no caso dos Estados Unidos, pessoas negras, imigrantes, asiáticos. Esses três grupos é que formam a grande massa desse complexo industrial penal nos Estados Unidos que Angela Davis está denunciando. Então são realidades diferentes, mas que não se distanciam tanto assim.

[ROF] Como a pandemia da Covid-19 tem afetado a vulnerável população feminina, negra, periférica e, principalmente, a carcerária?

Bem sério isso. E aqui temos de falar da questão do privilégio. Nós estamos já há meses vivendo a pandemia, podendo estar em casa e, por mais que estejamos achando chato, ainda podemos estar em casa, isso é um privilégio. Estamos em casa e com poucas pessoas, diferente da população periférica que também é em grande maioria negra, que vivem em casas bem menores, em condições bem piores e em maior número de pessoas aglomeradas. Essas pessoas já vivendo em situação de vulnerabilidade é que tem também de sair para trabalhar, porque em geral, é o trabalho do dia que faz com que elas tenham o que comer. Essas pessoas estão, mais uma vez, mais vulneráveis às doenças. Não é à toa que a primeira pessoa que morreu de Covid19 no Brasil era uma empregada doméstica. A patroa se safou, mas a empregada doméstica morreu.

Agora com relação à população carcerária, tem sido bastante difícil conseguirmos números mais exatos sobre o que está acontecendo, mas, grosso modo, o que se sabe é que todas as visitas e atividades de remição, por exemplo, estão suspensas nas unidades prisionais. Elas estão lá mais esquecidas e abandonadas do que estavam antes. Sem poder ter contato com as famílias, sem poder receber visitas, sem poder participar das atividades sociais, de cultos, de escola e outros projetos. A situação de precariedade aumenta ainda mais com a pandemia.

[ROF] Você viajou para a Palestina no ano de 2019. Conte-nos um pouco sobre essa viagem e como tem sido o seu contato com a questão palestina relacionada ao eixo de discussão sobre liberdade.

Então, pode parecer que eu sou uma franco atiradora, que sai atirando para tudo quanto é lado, mas não é, tudo tem ligação. Inclusive nesse mesmo livro que vocês citaram da Angela Davis, *A liberdade é uma luta constante*⁸, ela fala dos palestinos. E ela fala justamente que essa luta pela liberdade é uma luta global, uma luta intensa, de todos os dias, uma luta comum. Não é porque os palestinos vivem uma situação de ocupação do seu território e a gente aqui não vive esse problema, que não temos de estar muito atentos. Afinal, eles não tiveram seu território ocupado a vida inteira, houve um momento em que isso aconteceu. Nós, também, fomos colonizados por mais de 300 anos, então a gente tem de lutar constantemente pela liberdade, e essa luta não é só nossa, é uma luta global, contra a opressão, contra o avanço do capitalismo. No caso da Palestina que sofre a ocupação do Estado de Israel sobre seus territórios, cabe a nós, também lutar contra a dominação desse império, das grandes indústrias tecnológicas de Israel, que estão no nosso país também – o Brasil é o quinto maior importador de tecnologia israelense. Quando compramos produtos de Israel, financiamos as colônias que estão matando os palestinos, aprisionando, oprimindo. Estamos alimentando a opressão desse império contra esse povo que teve suas terras tomadas, ocupadas. Essa viagem foi muito importante para mim nesse sentido: de pensar as questões da luta contra a opressão e o aprisionamento político de pessoas. Lá, toda família palestina tem alguém que já foi preso ou que está preso. Todo aprisionamento é político. Todo palestino que se rebela ou que fala mal de Israel está sujeito a ser preso, então isso é algo comum para eles, ter alguém, conhecer alguém, ter alguém da família que foi preso, ou até mesmo morto, pelo estado de Israel. Eu só pude ter a dimensão dessa realidade quando estive lá (em 2019), vivendo em um campo de refugiados, ouvindo essas histórias de resistência e aprendendo com essas pessoas. Agora estamos escrevendo um livro, que deve sair em 2021 com pessoas que fizeram essa mesma viagem para a Palestina. Elas foram em momentos diferentes, embora coordenados pela mesma pessoa, que organizou diferentes grupos de ativismo. Somos 15 pessoas espalhadas pelo Brasil e fora dele: duas pessoas, uma na Espanha e outra na Inglaterra, com mais quatro palestinos que são coautores no livro. O que estamos fazendo é usar o nosso lugar de privilégio, de liberdade que ainda temos, para poder abrir esse espaço para que outras pessoas conheçam essas histórias. A ideia do livro é falar dessas

⁸ DAVIS, Angela Y. *A liberdade é uma luta constante*. Organização Frank Barat; tradução Heci Regina Candiani. -1. Ed. – São Paulo: Boitempo, 2018.

vivências. A questão palestina, os conflitos do oriente médio, são sempre tidos como coisas muito complicadas de se entender. Nossa ideia é falar de uma vivência real, do que é viver nesses territórios em conflito.

[ROF] Quais pesquisas você vem desenvolvendo atualmente? Gostaria de destacar alguma publicação ou projeto recente?

Sobre esse trabalho que eu realizei nesses três últimos anos sobre políticas de letramento e encarceramento de mulheres eu publiquei um artigo, agora em maio desse ano⁹, na revista *Tempo e Argumento*, que é uma revista da UDESC – Universidade Estadual de Santa Catarina. Tem um outro artigo que foi publicado no final do ano passado, que eu gosto muito também, que é nessa temática da minha pesquisa mais recente, sobre encarceramento de mulheres, é sobre uma série de TV, *Orange is the New Black*¹⁰. O propósito do dossiê da revista *Caminhos da Educação*, da UFPI – Universidade Federal do Piauí, era falar sobre a dimensão educativa das séries. E o que eu gostaria de destacar nesse artigo é que foi uma grande satisfação poder escrever com uma pessoa que passou pelo sistema prisional, que hoje é estudante de pedagogia na universidade, a Fernanda Cruz. Esse artigo ficou bastante interessante, a repercussão tem sido boa entre as pessoas que leram, porque eu acho que tem uma coisa afetiva por terem assistido a série, lembrarem de cenas, fazerem associações. Nós fazemos nesse artigo um comparativo do sistema prisional dos Estados Unidos com o do Brasil. Esses são os meus dois últimos artigos publicados. Tenho vários outros artigos que publiquei com orientandas minhas, que vocês podem pesquisar lá no Lattes¹¹. Apesar do trabalho de orientandas ser da pesquisa delas, publicamos junto porque participamos daquele debate, damos sugestões, um certo direcionamento para a pesquisa, e também para fazer com que a pessoa possa publicar em revistas mais qualificadas, porque as revistas, muitas vezes, exigem que se tenha um doutor na autoria. Então usamos do nosso privilégio de título para alçar as orientandas.

O que vem por aí é o meu próximo livro autoral. Eu só tenho dois livros autorais, um que eu publiquei em 2000, que foi resultado da minha dissertação de mestrado e agora no ano de

⁹ Marques, Ana Maria. *Ler, escrever e libertar: experiências que promovem a diminuição de pena para mulheres privadas de liberdade em Mato Grosso*. Revista Tempo e Argumento, vol. 12, núm. 29. Universidade do Estado de Santa Catarina, 2020. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/jatsRepo/3381/338163000006/html/index.html>> Acesso em: 18/08/2020.

¹⁰ Marques, A/na Maria. Cruz, Fernanda Nogueira da. *Orange Is The New Black e o silêncio sobre o encarceramento de mulheres*. Revista Caminhos da Educação. v. 1, n. 2. UFPI, 2019). Disponível em: <<https://ojs.ufpi.br/index.php/cedsd/article/view/9831/pdf>> Acesso em: 18/08/2020.

¹¹ <<http://lattes.cnpq.br/3982340840178047>>

2020, ou seja, 20 anos depois, vou publicar o meu segundo livro autoral que se chama *Cartas para Lula Livre*. Com muito orgulho, vou apresentar parte de uma certa intimidade que fui criando ao longo dos 580 dias em que o presidente Lula esteve preso na Polícia Federal de Curitiba. Eu tinha uma rotina de escrever cartas para ele, mais ou menos, entre 7 a 10 dias. Isso reuniu um conjunto de 60 cartas, agora publicadas em livro. E eu tive a honra de ter essa deferência do próprio Lula, que escreveu o prefácio para o livro. E além desse, o livro da Palestina, que ainda está com título provisório. Serão 16 capítulos, sendo quatro deles entrevista com palestinos. O prefácio vai ser escrito pela pessoa que organizou todos os *tours* durante cinco anos, de 2015 a 2019. E se tudo correr bem, ele sairá em 2021. Depois queremos articular a vinda de alguns autores palestinos, alguns moram em Jerusalém e têm autorização para sair do país. Diferente de quem mora em um campo de refugiados. Quem mora em um campo de refugiados é um prisioneiro, não pode ir a lugar nenhum sem autorização do Estado de Israel. Espero que as pessoas leitoras, de diferentes países, incluindo a Palestina - porque o livro será bilíngue - possam viajar conosco e conhecer histórias de humanidades tão distintas.

Cuiabá, 14 de setembro de 2020.